

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4001668-35.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **CONCEIÇÃO GARBUIO ZAMBON**  
 Requerido: **FAZENDA MUNICIPAL DE SAO CARLOS e outro**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Cautelar Inominada, proposta por **CONCEIÇÃO GARBUIO ZAMBON** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, aduzindo ser portadora de Neuropatia Periférica de Fibras, sofrendo de dores fortes, com queimação nas pernas e pés, tendo-lhe sido prescrito o uso da medicação Teriparatida (Fóртеo) uma dose subcutânea ao dia, de forma continuada e ininterrupta, por 12 meses, que não é fornecida pelo Município.

Pela decisão de fls. 17/18 foi determinado à autora que se submetesse a consulta por médico do SUS, que confirmasse a necessidade do medicamento e a fls. 46 se determinou o agendamento de nova consulta, com a apresentação dos exames necessários, tendo a sido interposto agravo de instrumento, ao qual foi concedido efeito ativo, para que a medicação fosse fornecida.

Contestação do Estado de São Paulo às fls. 148/153, alegando que o tratamento adotado pelo médico de confiança da autora não é superior ao disponível a todos os usuários do SUS, além de não ter eficácia comprovada na literatura médica.

O Município de São Carlos apresentou contestação às fls. 155/181, alegando, preliminarmente, carência da ação, por ilegitimidade de parte e falta de interesse processual. No mérito, sustenta que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, mas sim um direito social, de efetivação programática e requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, ou, alternativamente, a improcedência do pedido, ou que seja determinado ao corréu, Estado de São Paulo, que arque com o tratamento excepcional requerido.

Réplica apresentada às fls. 310/316.

**É O RELATÓRIO.****PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Afasto a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pelo Município de São Carlos, pois a Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV, consagra o princípio da inafastabilidade do Judiciário em caso de lesão ou ameaça de lesão aos direitos dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

cidadãos. Além disso, tivesse a autora logrado êxito em obter o medicamento pleiteado, por óbvio, não teria ingressado com a presente demanda, custosa e demorada.

Por outro lado, também não é o caso de se reconhecer a ilegitimidade passiva do Município, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

No mais, o pedido comporta acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa do documento de fls. 07.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional. Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito - como o direito à saúde - se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, restou comprovado, como visto (fls. 07) que a autora não possui condição financeira de arcar com os custos de seu tratamento.

Por outro lado, o relatório de fls. 22, firmado pelo médico que a assiste, aponta para a necessidade do uso do medicamento prescrito e atesta que a autora é portadora de osteoporose avançada, com fratura vertebral e, para esta situação, a própria médica da rede pública (fls. 42) informou que o fármaco é indicado.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, mantendo-se a liminar concedida, para que o medicamento seja fornecido, na quantidade prescrita, até o final do tratamento, sob pena de sequestro de verbas públicas.

Diante da sucumbência, condeno os requeridos (50% para cada) ao

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

pagamento de honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais).

Os requeridos são isentos de custas, na forma da lei.

**P. R. I.**

São Carlos, 12 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**